



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12752 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT19 - Educação Matemática

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: UM OLHAR PARA OS FÓRUMS DA SBEM

Nilvana Moreti Ferreira Rosa - USF - Universidade de São Francisco

Adair Mendes Nacarato - UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES)

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: UM OLHAR PARA OS FÓRUMS DA SBEM

Resumo: Este texto é recorte de uma pesquisa mais ampla que analisa o movimento de discussão sobre a formação do professor que ensina matemática. Para este recorte tomamos como dados os documentos produzidos para as sete edições do Fórum Nacional de Formação Inicial do Professor que Ensina Matemática. Tem como objetivo identificar nesses documentos, quais as mudanças e quais as permanências nas concepções sobre formação inicial de professores de matemática e sobre qual matemática privilegiar numa Licenciatura em Matemática. Constatamos que a discussão sobre o lugar da matemática na licenciatura ainda permanece, mas outras temáticas vêm sendo agregadas às discussões, a partir de novas legislações e da própria ampliação das modalidades de licenciatura como: campo, indígena, quilombola. Também são agregadas as discussões sobre programas como o PIBID e a Residência Pedagógica que, embora não sejam voltados a todos os graduandos, têm contribuído para a inserção do futuro professor no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Licenciatura Matemática. Formação de Professores. Legislação.

INTRODUÇÃO

A formação inicial de professores tem sido foco de debates há algumas décadas. Desde 2002 a comunidade vem convivendo com legislações que regulamentam os cursos de licenciatura ^[1]. Ao longo desses 20 anos a Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) tem promovido discussões sobre esse documento. A SBEM, por meio de seu GT7 Formação de professores que ensinam matemática, vem realizando fóruns regionais e nacionais sobre as licenciaturas em Matemática, tendo realizado até 2021, sete edições nacionais. A partir do VI Fórum, em 2017, optou pela mudança do nome para Fórum de Formação de Professores que Ensinam Matemática, de modo a agregar discussões relativas à Licenciatura em Pedagogia, que também forma o professor que ensina matemática.

O GT 19 Educação Matemática, da Anped, também tem debatido essas questões e, em 2012, na 35ª Reunião Anual, contou com o trabalho encomendado “O lugar da Matemática na Licenciatura em Matemática”, gerando o texto com o mesmo título (MOREIRA; FERREIRA, 2013). Os autores recuperam parte da história dos cursos de licenciatura, marcados pelo modelo 3 + 1, ou seja, 3 anos de bacharelado (disciplinas voltadas à matemática) e 1 ano de licenciatura (disciplinas voltadas à formação do professor). A indagação que se fez presente nesse trabalho e em todas as demais discussões sobre a formação de professores é: qual é a matemática que deve fazer parte da formação do professor que irá atuar na educação básica? Na ótica dos autores, as discussões sobre essa temática se intensificaram a partir da consolidação nacional e internacional da Educação Matemática como campo de investigação e de produção de conhecimentos sobre a formação de professores. Não é suficiente qualquer matemática na licenciatura, mas aquela que contribui para o professor que irá atuar na escola e, como afirmam os autores: “o trabalho nessa instituição específica, demanda conhecimentos específicos sobre ela, o que ocupa mais algum lugar no processo de formação na licenciatura” (MOREIRA; FERREIRA, 2013, p. 987).

A ausência de saberes necessários à prática docente, nos cursos de licenciatura, também já foi discutida por diferentes autores. Saviani (2009, p. 150), por exemplo, argumenta que o problema não será resolvido sem as faculdades de Educação, “mas também não será resolvido apenas por elas nem mesmo pela justaposição, aos atuais currículos dos cursos de bacharelado, de um currículo pedagógico-didático organizado e operado pelas faculdades de Educação”, mas que haja um projeto integrado de formação docente.

Gatti e Barretto (2009), ao mapearem os cursos de licenciatura presencial e EaD, concluíram que nos cursos de Licenciatura em Matemática, a maior carga horária é destinada aos conhecimentos específicos, com menor proporção de horas para conhecimentos voltados à docência, à pesquisa e ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Interessa-nos identificar os avanços das discussões nesses 20 anos. Para este texto, selecionamos como fonte de dados, os materiais relativos aos sete Fóruns nacionais das licenciaturas voltadas à formação do professor de matemática. Este trabalho tem como objetivo identificar nesses documentos, quais as mudanças e quais as permanências nas concepções sobre a formação inicial de professores na Licenciatura em Matemática.

Somos participantes de um grupo de pesquisa que tem como foco a formação de professores e este estudo insere-se nas investigações que vêm sendo realizadas pelos seus participantes.

CONTEXTUALIZANDO OS FÓRUNS NACIONAIS DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Esta é uma pesquisa de natureza documental que toma como fontes os documentos sínteses relativos aos Fóruns Nacionais de Licenciatura em Matemática. Apresentamos, de forma reduzida, quais os documentos considerados; todos disponíveis do site da SBEM (<http://www.sbembrasil.org.br/sbembrasil/>).

Tão logo foi publicado o Parecer CNE/CES 1.302/2001, a SBEM começou a se mobilizar para discutir a formação de professores. Para isso, fez algumas publicações e realizou o I Fórum Nacional de Licenciatura em Matemática, em agosto de 2002, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP. Desde a sua primeira edição, os fóruns foram organizados em torno de mesas redondas e grupos de discussão. Uma das análises dos participantes é que esse Parecer contradizia a Resolução CNE/CP 1 de 18/02/02, visto que ele não caracterizava a Licenciatura em Matemática como um curso que prepara profissionais para o ensino, e por isso, necessita de uma “formação sólida” e não apenas uma visão dos problemas que enfrentaria como profissional. O documento deixava explícito que a licenciatura é um curso de segunda categoria frente ao bacharelado. Além disso, o documento não explicitava a pesquisa como eixo da formação, no processo de ensino e aprendizagem, desconsiderando as diretrizes anteriores. Concluiu-se que a proposta não contemplava e, em alguns casos negava, aspectos considerados fundamentais para a formação de professores de Matemática em pesquisas e publicações da Educação Matemática.

Na continuidade dos debates, a SBEM organizou, em 2003, o “I Seminário Nacional para a discussão dos Cursos de Licenciatura em Matemática”. O evento ocorreu em Salvador/Bahia. Esse evento foi palco para discussões sobre os problemas a serem enfrentados nos Cursos de Licenciatura, o perfil dos egressos desse curso, as implicações para a reorganização dos Cursos de Licenciatura em Matemática levando em consideração: a Educação Matemática, a Educação, a Prática de Ensino e os Estágios Supervisionados. A partir desse seminário, a SBEM elaborou um documento para subsidiar as próximas discussões, “Subsídios para a discussão de propostas para os cursos de Licenciatura em Matemática: uma contribuição da Sociedade Brasileira de Educação Matemática”.

Em dezembro de 2007, realizou-se o II Fórum Nacional das Licenciaturas em Matemática, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Esse fórum não publicou o documento síntese; apenas encontramos duas cartas, proposições da plenária do fórum: um direcionado ao Presidente da SBPC e outro, ao Secretário de Educação Superior do MEC. Nessas cartas, o presidente da SBEM solicitava a não homologação do Parecer CNE/CP 5/2006, ainda não homologado, que dispôs sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica, em nível superior, reduzindo a carga horária destinada aos estágios e às disciplinas de formação didático-pedagógico, contrapondo-se à Resolução CNE/CP 2/2002 e contrariando a maioria dos cursos de licenciatura que já tinham regularizado seus projetos pedagógicos.

Em 2009, foi realizado, em Taguatinga-DF, o III Fórum Nacional de Licenciaturas de Matemática, organizado pelo GT-7 Formação de Professores que Ensinam Matemática. A partir desse fórum, o GT7 assume a organização do evento. Constatamos que os cursos EaD passaram a ser tema de debate. Na plenária, foi informado aos participantes que os encaminhamentos do II Fórum foram bem-sucedidos e o Parecer 5/2006 não havia sido homologado.

O IV Fórum Nacional de Licenciatura em Matemática, foi realizado em abril de 2011, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Ele teve como temática: “Os (des)caminhos da Licenciatura em Matemática no Brasil” e se propunha formular e comunicar propostas junto ao Ministério da Educação e à sociedade. Esse fórum, pela primeira vez, contou com apresentação de pôsteres. As diretorias regionais apresentaram as sínteses dos seus respectivos fóruns e foram debatidos temas como: as condições de funcionamento dos cursos, grades curriculares, tempo de duração, qualificação do corpo docente, estágio supervisionado, aproximação universidade e escola, evasão dos estudantes, entre outros. A urgência em se debater as licenciaturas em matemática continuou a tônica das recomendações.

O V Fórum Nacional de Licenciaturas em Matemáticas foi realizado em abril de 2016, na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e promoveu discussões sobre os problemas e desafios contemporâneos para os cursos de formação inicial de professores de Matemática. Discutiu temáticas como: perfil docente, prática de ensino, estágio supervisionado e a profissionalização e carreira docente. O evento manteve sua estrutura e houve apresentação de pôsteres, com a posterior publicação de Anais. Nesse fórum a Prática de Ensino ganhou destaque, entendendo-a como parte integrante de todas as disciplinas do curso.

Em junho de 2017, ocorreu o VI Fórum Nacional de Licenciaturas em Matemática na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande. Havia uma grande efervescência de ideias por conta da publicação, em 2015, da Resolução CNE/CP n. 2/2015, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda

licenciatura) e para a formação continuada. O objetivo do fórum foi avaliar e debater a implementação dessa resolução, e como as diferentes instituições estavam reorganizando seus projetos de curso. O evento também foi organizado em grupos de discussão e apresentação de pôsteres e os trabalhos foram publicados em Anais. Foi na plenária desse fórum que se decidiu pela mudança no nome do evento, passando a se chamar Fórum Nacional de formação inicial de professores que ensinam matemática.

O VII foi realizado em 2021, de modo online, por conta da Pandemia da Covid-19. A organização local foi da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em colaboração com o GT7 da SBEM. Esse fórum teve como tema “As reformas das licenciaturas que formam professores que ensinam matemática no contexto político brasileiro e as consequências da Pandemia de Covid-19”. Essa temática foi motivada pela publicação da Resolução CNE/CP 02 de 20 de dezembro de 2019, definindo as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituir a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)”. Essa resolução, de cunho extremamente pragmático, pegou de surpresa todos os envolvidos com os cursos de licenciatura, visto que a maioria das instituições estava em fase de implementação da resolução de 2015. Assim, fazia emergente a necessidade de discussão dessas novas diretrizes que ferem a própria concepção de formação de professores defendida pela SBEM, pautada numa formação plural, retomando as já desgastadas discussões sobre competências. Nessa pluralidade de formação, as especificidades da Educação do Campo, da Educação Escolar Indígena ou Quilombola, da Educação Especial e da Educação de Jovens e Adultos, passaram a fazer parte dos debates. Foi elaborado um documento base para subsidiar os trabalhos dos grupos de discussão, o qual contou com a colaboração de todos os coordenadores de GD. No entanto, não foi publicado o documento síntese do evento.

PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS...

Para finalizar, apresentamos, de forma bem resumida, os principais achados nos documentos dos fóruns nacionais. No que se refere às permanências, constatamos que o foco em qual matemática na licenciatura perpassou todas as edições. Há um consenso entre os educadores matemáticos de que a formação precisa ser ampla, com vistas à transformação social, com uma formação sólida em conteúdos matemáticos, mas que estes tenham relação com a matemática escolar (GATTI; BARRETTO, 2009; MOREIRA; FERREIRA, 2013). Assim, expressões como matemática acadêmica e matemática escolar vêm se fazendo presente na literatura. Os referenciais teóricos também vêm se ampliando; no início os autores referenciados vinham do campo mais amplo da formação; nas últimas edições já se identificam referenciais mais específicos da Educação Matemática. As práticas e os estágios supervisionados também permanecem nas discussões, mas ganham outras significações, com parcerias entre universidade e escola básica e com os programas que inserem os futuros professores no cotidiano escolar, como o PIBID e a Residência Pedagógica. Na última edição

dos fóruns ganhou destaque a profissionalização do professor, como modo de resistência ao atual quadro político do país e a BNC-formação. Essa profissionalização também pressupõe considerar os sujeitos e os contextos sociais, visto que esses futuros profissionais atuarão na formação de adolescentes, jovens e adultos. Também vem sendo inseridas nas discussões as condições de trabalho docente, reforçando a necessidade de que, desde o início da licenciatura, os futuros professores tenham acesso aos cotidianos escolares. Outro foco que permanece nas discussões é o perfil do formador, ou seja, do profissional que atua nos cursos de Licenciatura Matemática.

Constatamos que as temáticas e as discussões vêm se ampliando; no entanto, não há registros de como as sínteses desses fóruns têm influenciado os elaboradores de políticas públicas. Não podemos deixar de destacar o quanto a publicação dos documentos contendo as sínteses dos fóruns é necessária para a construção dessa história de lutas e desafios dos educadores matemáticos.

REFERÊNCIAS

GATTI, Bernardete A.; BARRETTO, Elba Siqueira S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

MOREIRA, Plínio C.; FERREIRA, Ana Cristina. O Lugar da Matemática na Licenciatura em Matemática. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 27, n. 47, p. 981-1005, dez. 2013.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. v. 14 n. 40 jan./abr. 2009, p. 143-155.

[1] Dado o espaço disponível para este resumo, algumas dessas legislações serão destacadas no contexto dos fóruns.